

Europa

Onde está o inimigo?

Maria do Rosário de Moraes Vaz

A defesa europeia pode ser uma de duas coisas: um prolongamento da defesa americana ou um ganho real de autonomia política europeia, que dê à Europa o instrumento militar indispensável ao exercício de uma política própria.

No dia 11 de Setembro de 2001, a América, que se julgava invulnerável, e procurava escudar-se apenas de ameaças de envergadura planetária, descobriu, à custa do horrendo crematório que surgiu no lugar das torres gémeas e da brecha aberta no Pentágono, um inimigo. Deu-lhe um nome, primeiro - de um homem e de uma organização terrorista, mas não o manteve. Alargou-o, a princípio, a um regime totalitário que se apoderara de um país exausto e sem outra lei se não a da guerra, e, no dia 29 de Janeiro de 2002, aos Estados que, na frase lapidar do seu presidente, compõem o Eixo do Mal. São estes, o Irão, o Iraque e a Coreia do Norte, detentores sonhados ou reais de armas de destruição maciça, o inimigo da América. A trindade assim formada constitui um nome mais plausível que Osama bin Laden ou Al-Qaida para designar o inimigo da «hiperpotência» mundial. Enquanto o terrorismo e uma rede que se financia fortemente entre a dissidência mais fanática em Ryadh, recruta no Cairo ou em Argel, e se acoita à revelia da direcção do Estado no Irão ou no Paquistão (e se lhe descobre mesmo um adepto em Portugal) é um inimigo indubitavelmente comum à América e à Europa, o dito Eixo do Mal não é.

O terrorismo internacional (cuja definição, nunca explicitamente formulada, é de facto o que pode atingir a América, dentro ou fora do seu território) não é obviamente sustentável como inimigo único. Nem o seu combate, independentemente de ser imprescindível, como factor aglutinador, sem excessivas e graves ambiguidades, de uma aliança tão vasta que nela cabem todos os parasitismos. É intolerável que um qualquer grupo terrorista tenha capacidade de agressão, destruição e morte, *à la longue* como na Argélia ou de uma só vez como em Nova Iorque, semelhante à da Al-Qaida, quer tenha ou não um Estado por detrás. A «guerra contra o terrorismo» tornou-se lema e prioridade de toda e qualquer organização mais ou menos aparentada com a segurança, desde a OSCE à ASEAN. A NATO, que intervém neste momento, enquanto tal ou por membros interpostos, em três

operações de paz e reconstrução no continente europeu (Bósnia, Kosovo, Macedónia) e se prepara para consumir antes do final do ano uma expansão significativa, elege essa «guerra» como sua. Também a presidência espanhola a proclamou prioritária para a defesa europeia.

A viragem de cento e oitenta graus na orientação estratégica americana que a recentra sobre a *protecção do território* e dota o esforço de defesa de um orçamento que faz lembrar os tempos em que o inimigo era uma superpotência, inverte o sentido da NATO no seu papel residual de instrumento de defesa colectiva. É essa a principal razão que motiva a reorganização dos comandos, e à desvalorização do grande comando atlântico se deve aliás que este seja entregue pela primeira vez, a partir de Outubro, a um almirante europeu. Inglês, ainda assim, mas europeu. Em termos estritos, o planeado e por enquanto incerto ataque ao Iraque é um insondável paradoxo à luz de uma estratégia eminentemente defensiva e da prioridade do combate ao terrorismo. Primeiro, porque o Iraque, hoje, não ameaça de facto a América, a não ser que o ódio do ditador derrotado em 1991 seja considerado arma letal. Depois, porque pôr entre a espada e a parede todos os regimes amigos e aliados na região, forçá-los à impossível acrobacia de apoiar o grande aliado de que dependem e não alinhar publicamente com a invasão de um país árabe, isto enquanto o conflito israelo-palestino continua a ter dimensões de catástrofe, é funesta insensatez. É deste caldo que surge Bin Laden e os seus émulos, os que existem e os que estarão para vir. O aparente paradoxo resolve-se com toda a simplicidade se se considerar que, na era da post-invulnerabilidade do território americano e sob a presente administração, a América precisa de um inimigo convincente contra o qual exercite, com proveito visível, o seu poder militar. Aqui se afasta porém, perigosamente, da Europa.

A defesa europeia pode ser uma de duas coisas: um prolongamento da defesa americana ou um ganho real de autonomia política europeia, que dê à Europa o instrumento militar indispensável ao exercício de uma política própria. A potência militar, medida na capacidade de a empregar efectivamente, em tempo útil e com meios próprios e não em ratios de carácter genérico e por vezes enganador, mais ainda num ambiente de segurança em que se exige muito maior flexibilidade e multifuncionalidade aos exércitos, é ainda, inclusivamente no seio da própria União, uma bitola da estatura dos países. Bem o sabem os franceses, que se medem, neste campo, com a Inglaterra, e se lamentam dos custos políticos e do reflexo negativo sobre a estatura europeia da França do atraso em matéria de capacidade militar operacional, que um abrandamento do investimento em

equipamentos e a insistência em não baixar de 440 mil o efectivo militar e civil empenhado na defesa torna difícil colmatar.

A intervenção propriamente militar no combate ao terrorismo (postas de parte operações clandestinas, de infiltração ou assassinato, reservadas aos serviços secretos e que as leis por norma vedam aos militares) não é essencialmente distinguível das operações ordinariamente confiadas a tropas especiais ou de elite. A operação militar terrestre no Afeganistão, conduzida por tropas americanas a que mais tarde se juntaram 1,700 fuzileiros ingleses, apesar do seu incerto sucesso, por tardia, assim o demonstra. A sustentação militar do combate ao terrorismo traduz-se pois nisso mesmo: criação de unidades ou treino especial de forças de elite, eventualmente em maior número, que podem ser empregadas em teatros diferenciados - cenários fortemente povoados, por exemplo, como seria um cenário de captura de terroristas armados protegidos atrás de «escudos civis» ou em caso extremo forças militares hostis. Os bombardeamentos destinados a destruir alvos ou forças militares, ou mesmo alvos civis, sistematicamente usados no Afeganistão no início da campanha, nada têm também de particularmente distintivo, e menos ainda se forem dirigidos contra Estados «de guarida», em relação a outras intervenções militares quer de guerra quer de paz. Ou seja, o combate ao terrorismo tem um âmbito militar que lhe é próprio e restrito - muitas outras funções cabem às polícias, secretas, de segurança e de fronteira, e não autoriza a indesejável concubinação entre funções e agentes da segurança interna e de segurança externa, que nos países democráticos é perniciosa e nos outros catastrófica.

A maneira de extirpar o terrorismo - o que toma por alvo a América e o que não toma, o privado e o de Estado, o «nacional» e o «internacional», que se reconhecem todos pela extrema violência, independente de números ou lugares, contra civis - é tornar esse exercício absolutamente ilegítimo, irradiando progressivamente os factores que o fazem grassar e encontrar, aliás, se não apoio, pelo menos tolerância popular: a guerra sem lei, a insegurança, a injustiça, a não democracia, a ausência de paz civil. É este o inimigo universal que a Europa e a América devem compartilhar ainda por longos anos. E o grande contributo europeu para defender a América, que hoje se retrai e interpreta de maneira pelo menos *sui generis* as suas responsabilidades globais, é ajudar a vencer esse inimigo sem nome: produzir segurança onde ela falta. Defender-se, defendendo os outros, segundo a sua política própria, e não alheia. Em suma, defender-se, e quando necessário pelas armas, sem inimigo.

